

COMUNICADO

Em conformidade com a Lei Complementar nº 846, de 04-6-1998  
Balanco Patrimonial - Ambulatorio Medico de Especialidades de Lorena - Servico Social da Construcao Civil do Estado de Sao Paulo - SECONCI-SP

Servico Social da Construcao Civil do Estado de Sao Paulo - SECONCI-SP  
AME LORENA - Ambulatorio Medico de Especialidades de Lorena

CNPJ nº 61.687.356/0038-21

Table with columns: Ativo, Balancos Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em Reais), Demonstrações Financeiras, Demonstrações de Resultados dos Exercícios em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em Reais). Rows include Circulante, Passivo, and various sub-items like Caixas, Estoques, and Receitas Operacionais.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras. As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Saldo de Caixa em 31/12/2022. Relatório Execução Orçamentária - Período 01/01/2023 a 31/12/2023

Table with columns: Data prevista para o repasse, Valores previstos R\$, Documento, Notas de empenho n°, Data, Valores repassados R\$. Rows include dates from 06/01/2023 to 07/12/2023 and subtotals.

Relatório Execução Técnica - Contratado x Realizado - Período 01/01/2023 a 31/12/2023

Table with columns: Contratado/Realizado, 1º semestre, 2º semestre. Rows include Consultas Médicas, Consultas Não Médicas, Hospital - Dia Cirúrgico/Cirurgias Ambulatoriais, and SADT Externo.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2023 (Em Reais)

1. Contexto operacional: O Serviço Social da Construção Civil do Estado de São Paulo - SECONCI-SP (Entidade), fundado em 20 de março de 1964, é pessoa jurídica de direito privado, constituído sob a forma de associação, filantrópica e sem finalidade de lucros, destinado a prestar assistência social, promoção e prevenção à saúde, educação e demais atividades afins à população. Foi declarado de Utilidade Pública pelo Decreto Federal nº 63.204 de 03 de setembro de 1968 revogado pelo Decreto de 27 de maio de 1992. Lei Estadual nº 22 de 25 de setembro de 1972 e Decreto nº 9.526 de 18 de junho de 1971, alterado pelo Decreto nº 49.794, de 21 de julho de 2008. É portador do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS - conforme Portaria nº 714, de 03 de outubro de 2022, publicada no Diário Oficial da União em 05 de outubro de 2022, que deferiu a renovação do certificado com validade pelo período de 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2023. Em 28/12/2023 foi protocolado o requerimento de renovação, estando a Entidade alcançada pelo disposto no parágrafo 2º, do art. 37, da Lei Complementar nº 187/2021 de 17/12/2021, ao estabelecer que "a certificação da entidade permanece válida até a data da decisão administrativa definitiva sobre o requerimento de renovação temporariamente apresentado". Em 1999, foi promulgado da Lei Complementar nº 846/98 aprovada pela Assembleia Legislativa, o Governo do Estado de São Paulo passou a qualificar entidades filantrópicas para a celebração de Contratos de Gestão com vistas a operacionalização da gestão e execução das atividades e serviços de saúde de unidades públicas. Assim sendo, a entidade foi qualificada pelo Governo do Estado de São Paulo, como Organização Social de Saúde - OSS. Em decorrência destas qualificações e da experiência adquirida ao longo dos anos, a entidade participou de chamamento público e foi vencedora no processo de seleção, assumindo a gestão do Ambulatório Médico de Especialidades de Lorena (AME LORENA); a Entidade assinou contrato de gestão com a Secretaria de Estado da Saúde em abril de 2016.

2. Apresentação das demonstrações e principais práticas contábeis: 2.1. Base de apresentação: Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que consideram os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) incluindo as disposições contidas na Interpretação Técnica Geral - ITG 2002 (R1) "Entidades sem Finalidade de Lucros" e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e o cimento é, as quais estão em conformidade com as utilizadas pela administração na sua gestão. Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo



**Serviço Social da Construção Civil do Estado de São Paulo - SECONCI-SP**  
**AME LORENA - Ambulatório Médico de Especialidades de Lorena**

CNPJ nº 61.687.356/0038-21

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2023 (Em Reais)**

exercício, é celebrado termos de refilicação ao contrato de gestão vigente, em que valor do recurso financeiro (receita) é definido conforme as metas propostas em relação às atividades. **1. Receitas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros e rendimentos de aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. **1.1. Apreciação do resultado:** As receitas decorrentes de subvenções do contrato de gestão, custos e as despesas realizadas e despesas são reconhecidas no resultado da competência da prestação. As subvenções decorrentes do contrato de gestão são reconhecidas conforme os valores previstos nos contratos celebrados com o poder público. **k. Instrumentos financeiros: (i) Reconhecimento e mensuração inicial:** As contas a receber do Estado são reconhecidas inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja o caso de uma conta a receber do Estado sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR ("Valor Justo por meio do Resultado"), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um conta a receber do Estado sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **(ii) Classificação e mensuração subsequente:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Entidade mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: - E mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e - Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. **Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado (VJR):** Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Entidade pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descausamento contábil que de outra forma surgiria. **Custo amortizado:** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Os recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros créditos provenientes de prestação de serviços. **(iii) Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:** Os passivos financeiros foram classificados na categoria de outros passivos financeiros. Estes, por sua vez, são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores. **(iv) Desreconhecimento:** A Entidade desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Entidade transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Entidade nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Entidade desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Entidade também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **(v) Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial é o resultado, e somente quando, a Entidade tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **(vi) Instrumentos financeiros derivativos:** A Entidade não possuía em 31 de dezembro de 2023 e 2022 nenhuma operação com instrumentos financeiros derivativos incluindo operações de hedge. **(vii) Redução ao valor recuperável (impairment):** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. Os ativos não financeiros têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. A Administração da Entidade não identificou nenhum indicativo que justificasse a constituição de uma provisão sobre seus ativos. A Entidade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: - Risco de crédito; - Risco com taxa de câmbio; - Risco de liquidez; e - Risco de taxa de juros. A Entidade apresenta informações sobre a exposição de cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Entidade, políticas e processos para manutenção e gerenciamento de risco na nota explicativa nº 13 - Instrumentos financeiros. **Estrutura do gerenciamento de risco:** As políticas de gerenciamento de risco da Entidade são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Entidade.

Descrição	2023	2022
Bancos conta movimento	3.809	5.786
Aplicações financeiras	2.949.985	4.523.741
<b>Total</b>	<b>2.953.794</b>	<b>4.529.527</b>
As aplicações financeiras estão representadas por aplicações de renda fixa em bancos de primeira linha, e buscam rendimentos próximos ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Em 2023 o rendimento aproximado foi 98% do CDI, (que era 101% do CDI em 2022), e podem ser resgatados a qualquer momento sem perda de sua rentabilidade. As aplicações financeiras são classificadas como equivalentes de caixa por serem mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo (de até 90 dias), visando a continuidade normal das atividades da Entidade.		
<b>Descrição</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Fundo de investimento de renda fixa	2.949.985	4.523.741
O saldo apurado ao final de cada exercício, conforme determinado no contrato de gestão, poderá permanecer como disponibilidade, que deverá aplicar o montante na execução do objeto contratual no exercício subsequente. Os recursos repassados são aplicados no mercado financeiro, e o resultado desta aplicação é revertido exclusivamente aos objetivos do contrato de gestão (recursos sem restrição).		
<b>4. Estoques:</b> O estoque é representado principalmente por medicamentos e insumos ambulatoriais. A Entidade não constitui provisão para obsolescência de seus estoques. Sobre o estoque de medicamentos, principalmente, este possui giro médio de até 30 dias, por tratarem-se de unidade que possuem alta demanda.		
<b>Descrição</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Estoque de medicamentos e insumos hospitalares	196.876	216.473
<b>Total</b>	<b>196.876</b>	<b>216.473</b>

**5. Fornecedores:** Representado principalmente por valores a pagar relacionados à compra de insumos ambulatoriais, medicamentos e prestação de serviços assistenciais e administrativos.

Descrição	2023	2022
Fornecedores	381.118	334.379
<b>Total</b>	<b>381.118</b>	<b>334.379</b>

**6. Obrigações trabalhistas e tributárias**

Descrição	2023	2022
Obrigações trabalhistas	571.212	429.086
Provisões para férias e encargos	54.221	43.482
FGTS a recolher	36.700	30.547
INSS retido na fonte a recolher	47.408	97.508
Salários a pagar	207	-
Contribuição sindical e assistencial	709.748	600.623
<b>Total</b>	<b>1.648.264</b>	<b>1.181.646</b>

**Obrigações tributárias**

Descrição	2023	2022
IRRF retido na fonte	53.362	39.049
PIS, Cofins e CSLL retidos na fonte	30.793	25.309
ISS a recolher	2.533	883
<b>Total</b>	<b>92.688</b>	<b>65.841</b>

**Total das obrigações trabalhistas e tributárias**

Descrição	2023	2022
Obrigações trabalhistas	1.648.264	1.181.646
Obrigações tributárias	92.688	65.841
<b>Total</b>	<b>1.740.952</b>	<b>1.247.487</b>

**7. Subvenção governamental para custeio:** Representados pelos recebimentos de subvenções para custeio das Secretarias e que serão utilizados nas operações das unidades no exercício seguinte. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 os saldos são demonstrados assim:

Descrição	2023	2022
AME Lorena	1.648.264	3.785.749
<b>Total</b>	<b>1.648.264</b>	<b>3.785.749</b>

**8. Subvenção governamental para investimento: 8.1. Subvenção governamental a aplicar em investimentos:** A título de investimento em obras ou equipamentos, a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo por meio do contrato de gestão com a Entidade, realizaram subvenções para investimentos empregados na aquisição de ativos imobilizados, Intangível, reformas prediais e de estrutura para atendimento. As subvenções governamentais a aplicar são controladas em contas do passivo e no momento que são aplicadas, são controladas em contas de compensações.

Descrição	2023	2022
AME Lorena	361.000	-
<b>Total</b>	<b>361.000</b>	<b>-</b>

**8.2. Subvenção governamental aplicadas em investimentos:** Em atendimento ao Contrato de Gestão firmado entre a Entidade e a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, estabelece que a Entidade deve usufruir apenas do direito de uso dos bens, sendo a propriedade, escrituração contábil de custos e depreciação está a cargo da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo. Os itens do ativo imobilizado do contrato de gestão são bens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços de saúde pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou de outros fatores específicos. A Entidade faz o controle patrimonial em conta de compensação, sem prejuízo das informações econômicas, segue demonstração:

Descrição	2023	2022
Imobilizado	2.970.174	2.968.675
Imobilizado em investimentos	2.970.174	2.968.675
<b>Total</b>	<b>2.970.174</b>	<b>2.968.675</b>

**Subvenção governamental para investimentos aplicados**

Descrição	2023	2022
AME Lorena	2.970.174	2.968.675
<b>Total</b>	<b>2.970.174</b>	<b>2.968.675</b>

**9. Provisão para contingências trabalhistas:** Durante o curso normal de seus negócios, a Entidade fica exposta a contingências e riscos, que incluem processos judiciais de natureza trabalhista em discussão. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Entidade possui registros os seguintes valores a título de provisão para cobrir riscos prováveis às eventuais demandas judiciais:

Descrição	2023	2022
Trabalhistas	2.869	-
<b>Total</b>	<b>2.869</b>	<b>-</b>

**9.1. Provisões para contingências trabalhistas:** As provisões para contingências trabalhistas caracterizam-se por processos movidos pelos ex-colaboradores, nos quais reclamam horas extras, produtividade, readmissões, adicionais, retroatividade de aumentos e reajustes salariais.

**9.2. Movimentação das contingências:** Abaixo as movimentações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 das contas contábeis relacionadas a provisões para contingências:

Provisões das contingências	Trabalhistas	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2022	-	-
Reversão de provisão	-	-
Contingências pagas	-	-
Complemento de provisão	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>2.869</b>	<b>2.869</b>
Reversão de provisão	-	-
Contingências pagas	(75)	(75)
Complemento de provisão	2.944	2.944
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>2.869</b>	<b>2.869</b>

A Entidade possuía processos trabalhistas em discussão, classificados por seus assessores jurídicos como sendo de risco de perda possível, cujo montante era de aproximadamente R\$ 54.808 em 31 de dezembro de 2023.

**10. Receitas operacionais líquidas**

Descrição	2023	2022
Contrato de gestão - OSS (a)	17.592.012	15.473.337
Outras receitas (b)	4.975	-
<b>Total</b>	<b>17.596.987</b>	<b>15.473.337</b>

(a) **Contrato de gestão - OSS:** A Entidade celebrou contrato de Gestão e Operacionalização de serviço com a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, para administrar a gestão de saúde das Organizações Sociais de Saúde (OSS). Este contrato estabelece prazo de vigência determinado, o orçamento oriundo do gerenciamento de ambulatórios de saúde, aplicadas integralmente nos objetos dos instrumentos celebrados com o Estado; e

(b) **Outras receitas:** complemento piso enfermagem e demais receitas previstas em estatuto.

**11. Custos de serviços prestados e despesas operacionais**

Descrição	2023	2022
Pessoal, benefícios e encargos	(7.646.778)	(6.579.795)
Serviços de terceiros	(8.173.138)	(7.449.800)
Materiais e medicamentos	(1.779.269)	(1.624.244)
Administrativas e gerais	(514.393)	(455.778)
Demais despesas operacionais	(2.944)	(127)
<b>Total</b>	<b>(18.116.522)</b>	<b>(16.109.744)</b>

**Classificados como:**

Custos de serviços prestados	Despesas operacionais	
Administrativas e gerais	(4.172.777)	(3.444.427)
Demais despesas operacionais	(2.944)	(127)
<b>Total</b>	<b>(4.175.721)</b>	<b>(3.444.554)</b>
<b>Total</b>	<b>(18.116.522)</b>	<b>(16.109.744)</b>

**12. Resultado financeiro líquido:** Os encargos financeiros e as variações monetárias apropriadas ao resultado estão demonstrados como seguem.

Descrição	2023	2022
Recargas financeiras	521.192	638.573
Rendimentos aplicações	521.192	638.573
<b>Total</b>	<b>(1.657)</b>	<b>(2.166)</b>

**Despesas financeiras**

Descrição	2023	2022
Despesas financeiras	(1.657)	(2.166)
<b>Total</b>	<b>(1.657)</b>	<b>(2.166)</b>

**Total receita financeira líquida**

Descrição	2023	2022
Despesas financeiras	(1.657)	(2.166)
Recargas financeiras	521.192	638.573
<b>Total</b>	<b>519.535</b>	<b>636.407</b>

**13. Instrumentos financeiros:** Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Entidade para cada um dos riscos abaixo, os objetivos da Entidade, as políticas e os processos de mensuração e gerenciamento de

riscos e gerenciamento do capital da Entidade, a Entidade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: **a. Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Entidade caso o Estado ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente de recebíveis da Entidade representados, principalmente, por caixa e equivalentes de caixa e outros créditos. **Exposição a risco de crédito:** O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito nas datas das demonstrações financeiras foi:

Descrição	Nota	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	3	2.953.794	4.529.527
<b>Total</b>		<b>2.953.794</b>	<b>4.529.527</b>

- **Caixa e equivalentes -** A política de gestão de risco corporativo determina que a Entidade avale regularmente o risco associado ao seu fluxo de caixa, bem como proposta de mitigar o risco. As estratégias de mitigação de risco são avaliadas com o objetivo de reduzir o risco com relação ao cumprimento dos compromissos assumidos pela Entidade. A Entidade possui aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, e que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. **b. Risco de liquidez:** Risco de liquidez é aquele em que a Entidade possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas aos seus passivos financeiros, que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Administração no gerenciamento do risco de liquidez é de garantir o máximo possível que sempre se tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade. A seguir, são apresentadas as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida, bem como os ativos financeiros que são utilizados para gerenciar este risco.

Vencimentos - 2023	Nota	Valor contábil	Até 1 ano
Fornecedores	5	381.118	381.118
<b>Total</b>		<b>381.118</b>	<b>381.118</b>

Vencimentos - 2022	Nota	Valor contábil	Até 1 ano
Fornecedores	5	334.379	334.379
<b>Total</b>		<b>334.379</b>	<b>334.379</b>

**c. Risco de mercado e taxa de juros:** Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros têm nos ganhos da Entidade, no valor de suas participações em instrumentos financeiros. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações nas receitas e nos custos da Entidade. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Com relação às taxas de juros, visando a mitigação deste tipo de risco, a Entidade centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham, a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). **d. Política de gestão de capital:** A Entidade possui uma política para gerenciamento de riscos cujo controle e gestão é de responsabilidade da Diretoria Financeira, que se utiliza de instrumentos de gestão de risco para avaliar e controlar as exposições a riscos de mercado de riscos. Adicionalmente, não são permitidas operações com instrumentos financeiros de caráter especulativo. **e. Hierarquia do valor justo:** A Entidade classifica seus ativos financeiros em: i) custo amortizado e ii) valor justo por meio do resultado. Essas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado para gestão de ativos e nas características dos fluxos de caixa contratuais. O resumo da classificação é como segue: **Hierarquia de valor justo:** A classificação dos instrumentos financeiros não derivativos está apresentada no quadro a seguir e não existem instrumentos financeiros diferentes de caixa classificados em outras categorias.

Ativos	Classificação	2023	2022
Caixa e equivalente de caixa	Custo amortizado	2.953.794	4.529.527
<b>Total ativo</b>		<b>2.953.794</b>	<b>4.529.527</b>
<b>Passivos</b>	<b>Classificação</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Fornecedores	Custo amortizado	(381.118)	(334.379)
<b>Instrumentos financeiros líquidos</b>		<b>2.572.676</b>	<b>4.195.148</b>

**14. Tributos e contribuições (renúncia fiscal):** Em atendimento ao item 27, letra "c" da Interpretação Técnica Geri - ITG 2002 (R1) - entidade sem finalidade de lucros, a Entidade apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - IRPJ - Imposto de Renda da Pessoa Jurídica; - CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido; - Cofins - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social; - INSS - Contribuição Previdenciária Cota Patronal; e - PIS - Programa de Integração Social (sem folha de pagamento). **14.1. IRPJ (Imposto de Renda da Pessoa Jurídica) e CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido):** Em virtude de ser uma entidade filantrópica e sem fins lucrativos, esta goza do benefício de imunidade do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com o artigo 181 do Decreto nº 9.580 de 22 de novembro de 2018 e artigo nº 150, inciso VI, alínea C, da Constituição Federal de 1988 e Lei nº 5.172/66 Código Nacional Tributário - CTN artigos 9º e 14º. **14.2. Cofins (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social):** A Medida Provisória nº 2.158 de 24 de agosto de 2001, em seu artigo nº 14, dispõe que, para os fatos geradores ocorridos a partir de 1º de fevereiro de 1999, são isentas da Cofins as receitas relativas às atividades próprias a que se refere o artigo nº 12 da Lei nº 9.532 de 1997, todavia, tais atividades são entendidas pelas autoridades fiscais como sendo da natureza de docês e anuidades ou mensalidades de seus associados e mantenedores ou recursos recebidos de terceiros, destinados ao custeio e manutenção da Entidade e execução de seus objetivos estatutários, mas que não tenham cunho contraprestacional, estando, no seu entendimento, sujeito à Cofins as receitas que não apresentem essas características. A administração da Entidade entende que todas as suas receitas, incluindo as outras receitas operacionais e as receitas financeiras, decorrem de suas atividades próprias e, portanto, não estão sujeitas à referida contribuição. **14.3. INSS - Contribuição Previdenciária - Imunidade das contribuições sociais:** A Entidade é imune de Contribuições para a Seguridade Social com base nos artigos nº 150, VI, C e 195, da Constituição Federal de 1988 e os artigos 3º e 4º da Lei Complementar nº 187, de 17/12/2001, que revoga a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009. **14.4. PIS - Programa de Integração Social (sobre folha de pagamento):** A Entidade é imune ao pagamento da contribuição para PIS calculada sobre a folha de pagamento com base nos artigos nº 150, VI, C e 195, da Constituição Federal de 1988 e os artigos 3º e 4º da Lei Complementar nº 187, de 17/12/2001, que revoga a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

**15. Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS:** Em 27 de novembro de 2009, entrou em vigor a Lei nº 12.101/09, que altera a Lei nº 8.742/93, revoga dispositivos das Leis nº 8.212/91, 9.429/96, 9.732/98, 10.684/03 e medida provisória nº 2.187-13 de 24 de agosto de 2001; e que foi revogada pela Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021; e que foi regulamentada pelo Decreto nº 11.791, de 21 de novembro de 2023. As alterações promovidas visam, principalmente, o processo e regulamentação da certificação das entidades beneficentes e a imunidade de contribuições para a seguridade social concedida às pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, reconhecidas como entidades beneficentes com a finalidade de prestação de serviços nas áreas de saúde, assistência social e educação. Com o advento da nova legislação, os processos da entidade foram direcionados para o Ministério da Saúde. A Portaria nº 714, de 3 de outubro de 2022, deferiu a renovação do CEBAS do Secors. A Secretaria de Atenção Especializada à Saúde, em suas atribuições, considerando a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e em seu parágrafo 2º do art. 40 determina aos requerimentos de concessão ou de renovação de certificação pendentes de decisão na data de publicação desta Lei Complementar, aplicar as regras e as condições vigentes à época de seu protocolo. Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde, considerando a competência prevista no artigo 142

...continuação

**Serviço Social da Construção Civil do Estado de São Paulo - SECONCI-SP**  
**AME LORENA - Ambulatório Médico de Especialidades de Lorena**

CNPJ nº 61.687.356/0038-21

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2023 (Em Reais)**

<p>da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e considerando o Parecer Técnico nº 348/2022-CGCER/DCEBS/SAES/MS, constante do processo nº 25000.182019/2020-48, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes nas legislações pertinentes, resolve: Art. 1º Fica deferida a renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento). A renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS perante o Ministério da Saúde, foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 05/10/2022 com validade de 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2023. A entidade protocolou em 28/12/2023, tempestivamente, o seu requerimento de renovação, conforme SEI nº 25000.193403/2023-52, o qual se encontra pendente de julgamento. Até a presente data o processo com o pedido de renovação não foi concluído, estando a Entidade alcançada pelo disposto no parágrafo 2º do art. 37, da Lei Complementar nº 187/2021, ao estabelecer que "a certificação da entidade permanece válida até a data da decisão administrativa</p>	<p>auxiliares e técnicos de enfermagem e demais empregados no exercício da sua profissão estendendo aos serviços terceirizados; • <b>Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores:</b> Responsabilidade civil de administradores e diretores, extensão automática para cobertura de novas subsidiárias, adquiridas ou constituídas durante a vigência da apólice, gerenciamento de crises, despesas de publicidade a danos a reputação, reclamações resultantes de erros e omissões na prestação de serviços profissionais da Entidade, danos ambientais, reclamações feitas pelo governo e demais órgãos regulamentadores, questões tributárias; e • <b>Responsabilidade Civil Geral:</b> Tem por objetivo garantir o pagamento de indenizações ao segurado ou diretamente a terceiros, das quantias pelas quais o segurado vier a ser responsável civilmente em ação de responsabilidade contra a entidade.</p>
--	--

16. **Avais, fianças e garantias:** A Entidade não prestou garantias ou participou de quaisquer transações como interveniente garantidora durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

17. **Seguros:** A Entidade mantém, em 31 de dezembro de 2023, os seguintes contratos de seguros a valores considerados compatíveis, pela Administração, com os riscos envolvidos: • **Multirisco:** Cobertura dos prédios, maquinário, equipamentos, móveis e utensílios e estoques contra: roubo e furto qualificado, quedas de raio, danos elétricos, incêndio, explosão, vendaval, granizo, impacto de veículo, desmoronamento total ou parcial, responsabilidade civil operações, perda de aluguel, vazamento de tanques e tubulações, equipamentos estacionários e arrendados e lucros cessantes; • **Responsabilidade Civil Profissional:** Danos materiais e morais nos hospitais e ambulatórios, através dos seus médicos, dentistas, enfermeiros,

<b>Diretoria</b>
<b>Maristela Alves Lima Honda</b> Conselheira Presidente
<b>Paulo Roberto Simon Carrion</b> - Contador CRC 1SP 155005/O-4

